



PARLIAMENTARIANS' CALL
FOR A FOSSIL FUEL FREE FUTURE

PARLAMENTARES APELAM A UM FUTURO LIVRE DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

#UMFUTURO LIVRE DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

PORTUGUÊS

Como representantes eleitos a nível nacional ao serviço de milhões de pessoas em países, comunidades, continentes, e reflectindo diferentes visões políticas, reunimo-nos para falar a uma só voz e alertar os nossos colegas representantes e parceiros no governo da necessidade de uma cooperação de longo alcance e ambição na nossa abordagem global dos combustíveis fósseis.

O consenso científico é claro que as atividades humanas são as principais responsáveis pelas alterações climáticas globais, e que a crise climática representa agora uma das mais graves ameaças à civilização humana e à natureza.

As mudanças no clima do mundo já estão a ser sentidas e têm levado a consequências devastadoras. Representam um grave risco para a vida das pessoas, lares, meios de subsistência e muitas das nossas tradições culturais. Os impactos climáticos exacerbam a propagação de doenças, ameaçam os nossos atuais padrões de produção alimentar, põem em perigo infra-estruturas essenciais, e empurrarão mais milhões de pessoas para a pobreza, a fome e a deslocação.

A queima de combustíveis fósseis - carvão, petróleo e gás - é a fonte de 80% das emissões de dióxido de carbono desde a revolução industrial. Para além de serem a principal fonte de emissões, os sistemas de combustíveis fósseis deixaram milhares de milhões de pessoas sem energia suficiente para levar uma vida digna, devido ao elevado custo da electricidade e do combustível e à priorização do lucro em relação à entrega do serviço.

No entanto, há poluição local, custos ambientais e de saúde da extração, refinação, transporte e queima destes combustíveis que são frequentemente suportados por comunidades com pouco poder e influência nas nossas sociedades. Estes processos violam frequentemente os direitos dos Povos Indígenas e das comunidades locais.

O cumprimento dos objectivos de estabilização da temperatura estabelecidos no Acordo Climático de Paris, que os nossos governos ratificaram, exigirá significativamente mais empenho e transformação a todos os níveis da nossa sociedade, a começar por aqueles que mais contribuíram para alimentar a crise climática.

Dada a enorme contribuição histórica dos combustíveis fósseis para provocar as alterações climáticas, e os planos de expansão contínua da indústria, e as exigências do erário público, apelamos aos líderes mundiais e aos nossos colegas parlamentares para que trabalhem em conjunto num espírito de cooperação internacional:

- Acabar com a nova expansão da produção de petróleo, gás e carvão em conformidade com a melhor ciência disponível, tal como delineada pelo Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas e pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente;
- Eliminar progressivamente o petróleo, gás e carvão existentes de uma forma justa e equitativa, tendo em conta as responsabilidades dos países pelas alterações climáticas e a sua respectiva capacidade de transição;
- Comprometer-se e prosseguir políticas e planos transformacionais para assegurar 100% de acesso às energias renováveis a nível global, apoiar as economias a diversificarem longe dos combustíveis fósseis, e permitir que as pessoas e comunidades em todo o mundo floresçam através de uma transição global justa.
- Promulgar orçamentos nacionais e políticas fiscais que apoiem esta transição rápida e justa a nível nacional e mundial; Assegurar a entrega atempada e adequada de financiamento público, adicional e não endividado para a criação de clima como parte das obrigações dos países ricos e industrializados para enfrentar as alterações climáticas.

Apelamos a novos compromissos e tratados internacionais, complementando o Acordo de Paris, para abordar a urgência de uma transição rápida e justa da energia dos combustíveis fósseis e da construção de sistemas energéticos democráticos, renováveis e seguros para todas as pessoas e comunidades, em conformidade com o objectivo de manter a subida da temperatura global abaixo dos 1,5 graus Celsius e prevenir a catástrofe climática.

ANEXO

O que se segue representa materiais de base relevantes para esta carta. O endosso da carta não implica endosso destes materiais ou de todo o seu conteúdo.

- World Economic Forum, “The Global Risks Report 2020,” Insight Report (World Economic Forum; Marsh & McLennan; Zurich Insurance Group; National University of Singapore; Oxford Martin School; Wharton Risk Management and Decision Processes Center, University of Pennsylvania, 2020);
- IPCC, “Summary for Policymakers,” in Global Warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the Impacts of Global Warming of 1.5°C above Pre-Industrial Levels and Related Global Greenhouse Gas Emission Pathways, in the Context of Strengthening the Global Response to the Threat of Climate Change, Sustainable Development, and Efforts to Eradicate Poverty (World Meteorological Organization, Geneva, Switzerland, 2018), <http://www.ipcc.ch/report/sr15/>.
- Global Carbon Project (2020) ‘Supplemental data of Global Carbon Budget 2020 (Version 1.0)’ [Data set]. From Friedlingstein et al (2020) ‘Global Carbon Budget 2020’. Earth System Science Data, 12 (4): 3269-3340.
- SEI et al., “The Production Gap: The Discrepancy between Countries’ Planned Fossil Fuel Production and Global Production Levels Consistent with Limiting Warming to 1.5°C or 2°C,” 2019, <http://productiongap.org/>; International Energy Agency, CO2 Emissions from Fuel Combustion 2018, CO2 Emissions from Fuel Combustion (OECD, 2018), https://doi.org/10.1787/co2_fuel-2018-en.
- Vohra K et al (2021) ‘Global mortality from outdoor fine particle pollution generated by fossil fuel combustion: Results from GEOS-Chem’. Environmental Research, 195: 110754.
- Kenner, D. (2019) Carbon Inequality: The Role of the Richest in Climate Change Abingdon: Routledge; Newell, P. (2021) Power Shift: The Global Political Economy of Energy Transitions Cambridge: CUP.
- Fergus Green and Richard Denniss (2018) ‘Cutting with both arms of the scissors: the economic and political case for restrictive supply-side climate policies’. Climate Policy, 150: 73-87.